

## A DANÇA E AS POLÍTICAS CULTURAIS<sup>1</sup>

Silvana dos Santos Silva<sup>2</sup>  
Larissa Michelle Lara<sup>3</sup>

**RESUMO:** As políticas culturais para a dança no país têm sido marcadas pela ausência e pela instabilidade do poder público. Tal panorama suscitou o interesse, por esse estudo, de investigar quais são as ações implementadas para a dança nos municípios paranaenses. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as políticas culturais para a área e o mapeamento das ações culturais específicas para o setor nas 399 cidades do Estado do Paraná por meio do banco de dados dos MUNIC's - IBGE, no período de 2005 a 2012. Os resultados atestam que as ações governamentais para o setor são estruturadas e reestruturadas a cada nova administração pública, ou até mesmo dentro da mesma gestão, as quais parecem depender mais do interesse político do que do entendimento sobre a importância de se promover políticas efetivas para o desenvolvimento da cultura no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** dança, projetos culturais, políticas culturais, políticas públicas.

### Introdução

A cultura, ao longo do tempo, tornou-se objeto de interesse das pesquisas sociais, sendo analisada a partir de diferentes enfoques, dentre os quais encontra-se aquele voltado às políticas culturais. Isso ocorre, como explica Botelho (2001), na medida em que se observa que para a implementação e o desenvolvimento efetivo de programas e projetos referentes às manifestações artísticas faz-se necessário viabilizar um conjunto de ações políticas, econômicas e institucionais com vistas a promover a organização da produção cultural, bem como a formação e o aperfeiçoamento dos artistas profissionais e amadores.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, as políticas culturais são entendidas a partir de Coelho (2012, p.313) e representam "[...] um programa de intervenções realizadas por Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas". Em complemento, elas apresentam-se como o conjunto de ações que objetivam promover a produção, a distribuição, a troca e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico, bem como o ordenamento do aparelho burocrático estatal. Assumem

---

<sup>1</sup> Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física (UEM/UEL) e ao projeto Abordagens Socioculturais em Educação Física (DEF/UEM).

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação Física (UEM), mestre em Educação Física (UFPR) e graduada em Dança (PUC/FAP/PR). É professora da Universidade Paranaense (UNIPAR) e membro do Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade (UEM/CNPq). E-mail: silvanasantosdoutorado@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação (UNICAMP), professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Líder do Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade (UEM/CNPq). E-mail: lmlara@uem.br

a forma de normas jurídicas e de intervenções diretas de ação cultural<sup>4</sup> e podem se caracterizar como políticas públicas na medida em que se configurem como ações governamentais, com o objetivo de resolver determinadas necessidades públicas, mesmo com íntima relação com os demais segmentos da sociedade civil.

De acordo com Gelinski, Seibel (2008) e Souza (2006), a política pública permite distinguir entre o que o Estado pretende fazer e o que realmente faz. Normalmente seu ciclo é concebido como o processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação, podendo ser classificada em quatro tipos: distributiva, redistributiva, regulatória e estruturadora. Embora seja materializada por meio dos governos, a política pública envolve vários atores e níveis de decisão e apresenta impactos em curto, médio e longo prazo.

No Brasil, a ação do Estado no campo cultural é prevista pela Constituição Federal, em seu Art. 215: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais<sup>5</sup> e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (BRASIL, 1988). Assim, como forma de materializar ações previstas no Art. 215, muitas vezes, as políticas públicas culturais constituem-se na forma possível de viabilizar programas e projetos que atendam à população, principalmente àquelas que não possuem capital econômico suficiente para terem acesso aos bens culturais. Por sua vez, a dança, especialmente como expressão artística, está inserida nesse contexto, e constitui foco dessa pesquisa que se propõe a investigar quais são as ações implementadas para a dança nos municípios paranaenses. Tal estudo é resultado do primeiro mapeamento realizado no Estado com o objetivo de subsidiar a elaboração da tese de doutorado de uma das pesquisadoras, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física (UEM/UEL) e ao projeto Abordagens Socioculturais em Educação Física, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá.

---

<sup>4</sup> Segundo Coelho (2012, p.42), "ação cultural é o conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural. Para efetivar-se, a ação cultural recorre a agentes culturais previamente preparados e leva em conta públicos determinados, procurando fazer uma ponte entre esse público e uma obra de cultura ou arte". O pesquisador ressalta ainda que a ação cultural pode se apresentar de quatro maneiras: (1) produção, a qual concretiza a geração de obras de cultura ou arte, atendendo o público amador ou profissional; (2) distribuição, a qual viabiliza condições de circulação da produção em pontos públicos de exibição; (3) troca, a qual visa promover o acesso físico à obra de cultura ou arte mediante o seu financiamento total ou parcial; e (4) uso, promoção de pleno desfrute de uma obra com a elaboração de materiais e eventos informativos para que o consumidor se aproprie de seus códigos para apreciá-la.

<sup>5</sup> Segundo Chauí (1995), os direitos culturais são: (1) Direito à identidade e à diversidade cultural (ou direito ao patrimônio cultural); (2) Direito à participação na vida cultural, que compreende: direito à livre criação, direito ao livre acesso, direito à livre difusão, direito à livre participação nas decisões de política cultural, direito autoral, direito ao intercâmbio cultural (nacional e internacional).

A investigação das políticas culturais para a dança no Estado do Paraná, com vistas ao mapeamento das ações implementadas nos municípios paranaenses, associou o levantamento da produção acadêmico-científica e o rastreamento das ações envolvendo a metodologia descritiva das políticas públicas culturais para a dança.

Na primeira etapa foi realizada pesquisa bibliográfica (SEVERINO, 2007) para apropriação e compreensão das políticas públicas culturais para a dança na esfera federal e no Estado do Paraná, a fim de viabilizar as discussões empreendidas. Por ela se buscou o registro do material disponível sobre o assunto com vistas à extração de dados que interessem à pesquisa. Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa exploratória, definida por Severino (2007, p.123) como aquela que "busca apenas levantar informações sobre um objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições e manifestação desse objeto". Para tanto, foram utilizadas as Pesquisas de Informações Básicas Municipais (MUNIC) que investigam o Perfil dos Municípios Brasileiros, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre o período de 2005 a 2012. Tais pesquisas, iniciadas em 1999, efetuam periodicamente o levantamento de informações sobre a estrutura e o funcionamento das instituições públicas municipais, constituindo um conjunto de indicadores de avaliação e monitoramento do quadro institucional e administrativo das cidades brasileiras, abordando setores diversos, inclusive, o da cultura.

Vale ressaltar que embora tais indicadores sejam resultado do esforço do poder público em mapear a cultura no país, tornando-se importantes e necessários para a organização desse setor, não podemos desconsiderar que, apesar do instrumento de coleta ser bem elaborado, ele é respondido pelos municípios, supostamente por seus gestores culturais que certamente apresentam diferentes compreensões sobre o que é política cultural, inclusive sobre os desdobramentos dessa política, podendo implicar em dados imprecisos ou não condizentes com a realidade. Entretanto, mesmo com tais ressalvas, os dados colaboram com informações que podem permear investigações e discussões futuras aprofundadas.

Para esse estudo foram consideradas quatro edições do MUNIC, por apresentarem informações específicas sobre a dança e por contemplarem duas gestões municipais, inclusive de forma parcial, como segue: (1) MUNIC-2005, novembro de 2005 a abril de 2006; (2) MUNIC - Cultura 2006, setembro de 2006 a março de 2007; (3) MUNIC-2009, maio a setembro de 2009; e (4) MUNIC-2012, maio a dezembro de 2012. Destaca-se que nos MUNIC's 2005, 2009 e 2012, no que se refere à dança, há somente dados referentes à existência de grupos artísticos de dança mantidos pelo poder público municipal. Já o MUNIC

- Cultura 2006, suplemento especial da cultura (resultado da parceria do IBGE com o Ministério da Cultura (MINC) que objetivou fortalecer o trabalho de criação de um sistema de informações culturais no país) abordou um conjunto de informações sobre a diversidade cultural e territorial dos 5.564 municípios brasileiros visando à investigação dos aspectos relativos à gestão municipal, tais como: órgão gestor da cultura, infraestrutura do órgão gestor da cultura no município, recursos humanos da cultura na prefeitura, instrumentos de gestão utilizados, legislação, existência e funcionamento de conselhos, existência e características de Fundo Municipal de Cultura, recursos financeiros, existência de Fundação Municipal de Cultura, ações, projetos e atividades desenvolvidas, assim como o levantamento dos meios de comunicação, existência e, em alguns casos, quantidade de equipamentos e atividades culturais e artísticas existentes no município (IBGE, 2007). De tal documento foi realizado um recorte contemplando somente os indicadores referentes à dança na esfera pública e privada, a saber: (1) escolas de dança; (2) grupos artísticos de dança; e (3) atividades culturais (concursos, festivais ou mostra de dança). A coleta de informações foi realizada *on line*, no site oficial do IBGE<sup>6</sup>, por meio do acesso aos bancos de dados referentes a cada um dos 399 municípios paranaenses e das quatro edições em questão, com o intuito de investigar quais são as ações implementadas para a dança em cada um dos municípios, bem como a continuidade dos projetos, especificamente, dos grupos artísticos de dança.

Nota-se a singularidade dessa pesquisa pela escassez de abordagem sobre esse tema em meio acadêmico, especificamente no tocante às políticas culturais para a dança no setor público, sobretudo no Paraná, o que remete à necessidade de colaborar com a ampliação dos estudos, pelo viés sociológico, visando contribuir para que profissionais ligados à área possam ter acesso às informações sobre a atual situação da dança no estado do Paraná e para que os resultados sirvam de alicerces a futuras investigações.

### **À baila das políticas públicas culturais**

As políticas públicas culturais brasileiras começaram a ser implementadas a partir da década de 1930, quando deu-se início, por meio do Ministério da Educação e Saúde, ao

---

<sup>6</sup> As informações estão disponíveis nos seguintes sites: (1) Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2005 - <http://www.ibge.gov.br/munic2005/>; (2) Perfil dos Municípios Brasileiros - Cultura 2006 - <http://www.ibge.gov.br/munic2006cultura/index.php?uf=41&nome=> ; (3) Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2009 - <http://www.ibge.gov.br/munic2009/> ; e (4) Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2012 - <http://www.ibge.gov.br/munic2012/>. Todas as informações foram acessadas em: jan/fev. 2014.

processo de construção institucional do campo da cultura, com a criação, conforme aponta Calabre (2009), do Conselho Nacional de Cultura (CNC), do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Instituto Nacional do Livro, do Serviço Nacional de Teatro (SNT), de institutos que visavam à preservação e à ampliação dos estudos do campo do folclore e de políticas voltadas à radiodifusão, ao cinema, às artes plásticas e aos museus.

Desde então, a relação entre o Estado e as políticas culturais foi marcada por tradições lastimáveis, conforme explica Rubim (2008). Para o pesquisador, a **ausência** é constante no cenário cultural, haja vista que o Estado, nas diferentes épocas, continuou pouco atento à cultura, considerando-a privilégio das elites, com promoção de ínfimas ações e políticas culturais imprecisas e ineficientes, afastando-se gradualmente das deliberações do setor por meio das leis de incentivo à cultura, entregando-a nas mãos do mercado do marketing empresarial. O **autoritarismo**, segundo o estudioso, foi mais explícito no período do regime militar, quando o Estado assumiu papel ativo no que concerne às políticas culturais, embora o tenha feito com o objetivo de instrumentalizar e domesticar a cultura, submetendo-a aos seus interesses autoritários. Esse panorama é percebido em outros tempos, na medida em que se constata imposições ao setor das mais diversas formas, desde a nomeação dos gestores até a escolha do que é ofertado à população, sem considerar seus anseios e necessidades. A **instabilidade**, outro aspecto apontado, é o elemento resultante da junção entre ausência e autoritarismo e tem de imediato o aspecto institucional que contempla um conjunto complexo de fatores, tais como: fragilidade e ausência de políticas permanentes; discontinuidades acarretadas pelas inúmeras mudanças dos gestores culturais e, sobretudo pela incapacidade desses formularem, implementarem e desenvolverem políticas públicas de Estado; quantidade e localização dos equipamentos culturais; e quadro funcional não qualificado e insuficiente.

Após um longo período, principalmente na década de 1990, em que a cultura figurava de maneira inexpressiva no governo federal, ela retorna à pauta governamental com a mudança do cenário político. De acordo com Calabre (2009), sob o comando do ministro Gilberto Gil iniciaram-se os trabalhos de reestruturação do Ministério da Cultura com o intuito de dar mais agilidade às ações, proporcionando ao campo cultural nacional um gradual processo de transformação na medida em que se observa que, nos últimos anos, aconteceram mobilizações do Estado, dos profissionais da área e da sociedade civil em níveis nacional, estadual, distrital e municipal, para estabelecer e concretizar as políticas culturais em políticas de Estado. Essas últimas são entendidas, segundo Oliveira (2011), como aquelas que envolvem mais de uma agência governamental, passando pelo parlamento ou por diversas

instâncias de discussão, a exemplo das conferências de cultura, o que pode resultar em mudanças efetivas que incluem a cultura na agenda política do governo de modo permanente, buscando fazer com que ela deixe de ter um papel praticamente decorativo entre as demais políticas governamentais.

Os canais de diálogo estabelecidos entre os envolvidos supracitados culminaram na elaboração e na aprovação de uma legislação para o setor – a lei nº 12.343/10 – que instituiu o Plano Nacional de Cultura, propiciando sua estruturação por meio da criação do Sistema Nacional de Cultura, composto por órgãos gestores, conselhos e colegiados setoriais de cultura, planos específicos para cada segmento artístico, regularização dos sistemas de financiamentos, sistemas de informações e indicadores culturais, programas de formação nos diversos setores e articulação entre as várias áreas da gestão cultural, nas três instâncias de governo. Nesse panorama figura o subcampo de interesse desse estudo – a dança – que, organizado no colegiado setorial, elaborou, em consonância com o Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional da Dança com o objetivo de atender aos dispositivos legais presentes na Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº. 48/ 2005, assim como promover o planejamento e a implementação de políticas culturais para proteção e promoção da diversidade cultural brasileira, por meio do Sistema Nacional de Cultura (BRASIL, 2011).

Contudo, a trajetória das políticas públicas culturais para a dança também foi assinalada pela tradição brasileira no campo cultural, qual seja, a de ausência, autoritarismo e instabilidade. O marco inicial da inserção efetiva desse segmento artístico na esfera do poder federal aconteceu por ocasião da criação da FUNARTE<sup>7</sup>. Segundo Vellozo (2011), dentro dessa instituição a dança surge, paulatinamente, em instâncias secundárias, inclusa nas diretrizes do Projeto Universidade, sendo contemplada por meio de apoio aos festivais e eventos promovidos pela Universidade Federal da Bahia, como o Concurso e a Oficina Nacional de Dança Contemporânea. Inevitavelmente, a dança sofreu com a instabilidade e com a ausência que norteou a existência da FUNARTE, como a falta de pessoas especializadas, as dificuldades de elaboração e execução de projetos, a retração orçamentária, as diversas substituições da instituição (SNT, INACEN e FUNDACEN), até a total inexistência das ações no período de 1988 a 1993. Atualmente, integra o Centro de Artes

---

<sup>7</sup> Segundo o estatuto da FUNARTE, em seus Arts. 1º e 2º, ela se constitui como [...] fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura tendo por finalidade promover e incentivar a produção, a prática e o desenvolvimento das atividades artísticas e culturais no território nacional e, especialmente, promover ações destinadas à difusão do produto e da produção cultural (BRASIL, 2004).

Cênicas, por meio da Coordenação da Dança (CODANÇA), promovendo ações como: cadastro de dança, oficinas de capacitação artística e técnica, Mostra Nacional Funarte de Dança e Teatro, convênios com o Circuito Brasileiro de Festivais Internacionais de Dança, Projeto Outras Danças e diversos festivais nacionais.

Por conta da baila das substituições e reestruturações institucionais, a dança é inserida, em 1977, na estrutura do Serviço Nacional de Teatro (SNT), passando a figurar como área de responsabilidade formal do governo federal por meio de um programa específico, não mais atrelado a outros segmentos artísticos. De acordo com Vellozo (2011), o "Projeto Dança" norteou as iniciativas para atingir o desenvolvimento da área no país, visando promover a atividade profissional, a abertura de novos espaços, editais para produção de espetáculos e experimentação de novas linguagens, orientação e recursos à formação de artistas e técnicos, a preservação da memória e a ampliação do público, por meio da circulação de espetáculos itinerantes de companhias nacionais e internacionais, cursos de formação técnica aos bailarinos, mostras de filmes de dança e apoio aos festivais e mostras, especialmente, no eixo Rio-São Paulo.

Com a criação do Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN), em 1981, foi instituído o Serviço Brasileiro de Dança (SBD) que, segundo Vellozo (2011), expandiu as atividades da área, abriu novos espaços cênicos, apoiou a permanência dos grupos de dança e a profissionalização dos artistas. Todavia, essa instituição foi substituída, sete anos mais tarde, pelo Instituto Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN), contendo o Instituto de Dança. Apesar da atuação de todos esses órgãos, criados e extintos, é marcante a insuficiência de produção especializada por carência de pessoal capacitado, de equipamentos culturais apropriados, de condições para a estabilidade das companhias de dança, de reconhecimento e direitos garantidos aos profissionais, além das dificuldades de elaboração e execução de projetos, de circulação da produção. Observa-se ainda a ausência de um calendário de eventos, a precariedade do mercado e a instabilidade dos recursos e patrocínios, por consequência da má administração que inicia e interrompe projetos subitamente, que propõe outros projetos e não os implementa, que não consulta a classe e mapeia a realidade para elaborar os programas, bem como por não monitorar a sua eficiência.

No Paraná, a escassez das políticas públicas culturais para a dança é evidente na medida em que se observa que as ações das três instâncias de governo são precárias e alocadas em sua maioria na capital do Estado. Nesse sentido, constata-se que, na esfera do governo federal, figuram por meio do apoio a alguns eventos e projetos, em parceria com o

governo estadual, pelos raros incentivos, via lei Rouanet, as companhias independentes e, pela manutenção, desde 1981, da Têssera Companhia de Dança e Curso de Dança Moderna vinculada à Universidade Federal do Paraná. No que concerne ao âmbito do poder público estadual paranaense, as ações vincularam-se desde o início, principalmente, ao Teatro Guaíra, em Curitiba, inicialmente com a criação de um Curso de Ballet por meio da Portaria Estadual nº 29/56. Conforme aponta Vellozo (2005), tal escola ofertava aulas gratuitas com o objetivo de formar bailarinos para comporem uma companhia profissional, contando com a direção da professora Tereza Padrón Siqueira e, principalmente, à época, sem nenhum ônus ao Estado. Após 57 anos passando por várias reformulações e direções, essa escola tornou-se a Escola de Dança do Teatro Guaíra ofertando, atualmente, curso técnico profissionalizante, curso de formação, cursos livres, oficinas livres e a Companhia Jovem Teatro Guaíra.

Após a criação da escola, conforme aponta Vellozo (2005), foram realizadas ações e eventos com o intuito de promover o desenvolvimento do setor como, por exemplo, o Festival Folclórico e de Etnias do Estado do Paraná, que se encontra em sua 53ª edição. Em 1962, aconteceu o I Encontro de Escolas de Dança do Brasil, patrocinado pelo Conselho Nacional de Cultura, em parceria com a Universidade Federal do Paraná, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado e a iniciativa privada, com o intuito de fomentar o debate sobre as políticas públicas para a área. Sua programação contava com espetáculos, oficinas e seminários que visavam discutir e elaborar um documento para as autoridades, reivindicando ação política efetiva por meio da elaboração de leis que amparassem e protegessem o profissional da área. Entretanto, as solicitações não foram efetivadas, resultando na precariedade dos recursos. Para além, tal evento foi transformado em sucessivos Encontros de Escolas de Danças do Paraná que contemplavam somente apresentações, principalmente, das escolas da capital, com o intuito de controlar a qualidade e manter o nível mais alto de ensino, a partir do parâmetro instituído pelo Teatro Guaíra.

Na gestão de Paulo Pimentel (1966-1970), segundo Vellozo (2005), foi lançada a campanha "Tempo de Cultura" com o objetivo de descentralizar e democratizar a cultura, tornando-a acessível às populações interioranas. Entretanto, as propostas governamentais não eram compatíveis com as ações dos seus órgãos, resultando na desarticulação e no enfraquecimento de ações de implementação e desenvolvimento das políticas culturais. Nessa mesma gestão, em 1969, estreou o Ballet Teatro Guaíra (BTG) – terceira companhia profissional financiada por estados brasileiros –, definindo a posição do governo estadual ante as políticas para a dança: competir com o que havia de melhor no Brasil, mas mantendo-a

atrelada ao Estado e às dependências do Teatro Guaíra. Contudo, nessa mesma gestão houve drástica redução dos recursos financeiros, o que acarretou na diminuição das produções. A situação precária do BTG durou até 1976 quando Ney Braga, então ministro da Educação e Cultura à época da sua criação, assumiu o governo do Estado. De acordo com Vellozo (2005), nessa gestão ocorreram investimentos significativos que resultaram na contratação de um diretor de renome na área (Carlos Trincheiras); contratações de bailarinos com a melhor remuneração do país; contratação de coreógrafos internacionais, promovendo intercâmbio cultural e maturidade técnica e artística do corpo de baile; adequação da infraestrutura às necessidades da companhia e promoção de turnês nacionais e internacionais.

Entretanto, com a mudança da administração pública estadual, em 1982, o autoritarismo, a ausência e a instabilidade se estabeleceram até o final da década de 1990. Durante seis gestões consecutivas aconteceu gradual processo de desmanche da estrutura estatal em virtude da defasagem orçamentária provocada pelo desinteresse político, resultante, na maioria das vezes, do desconhecimento da área por parte dos gestores públicos. Vellozo (2005) aponta que, nesse período, o diretor da companhia acumulou funções, perdeu a autonomia e as condições dignas e sustentáveis de trabalho; não se efetivou a contratação de novos bailarinos e coreógrafos, refletindo diretamente na sua produção e conseqüente desprestígio; houve perdas salariais, redução do número de espetáculos e turnês; descontinuidade dos programas e projetos; imposição do repertório por parte da Secretaria de Estado e falta de apoio político. É importante observar que a escola de dança não ficou imune às incertezas e dificuldades políticas e financeiras, a ponto de mobilizar professores, alunos, pais e comunidade para atender às suas necessidades imediatas.

Com a gestão estadual que se inicia em 1999, a companhia volta a se estabilizar, a começar pela contratação de uma nova diretora, pela retomada de grandes produções e turnês viabilizadas pela lei Rouanet, pela contratação de novos bailarinos e pelo remanejamento dos antigos para um novo grupo que se constituía dentro do mesmo teatro – o G2 Cia de Dança. Contudo, segundo Vellozo (2005), a companhia estava longe de retornar aos tempos áureos, haja vista que houve ausência e instabilidade, na medida em que se constatam atrasos salariais dos bailarinos e transformação dos professores da escola em instrutores artísticos, bem como a forte presença do autoritarismo político, uma vez que o período foi marcado por concessões e privilégios aos artistas e agentes culturais que faziam parte do círculo de amigos dos gestores, inclusive, não só na ocupação dos cargos de direção, mas também, com honorários e despesas altíssimas e inexplicadas.

O mesmo panorama continua na gestão posterior que, de imediato, trocou a direção da companhia por uma profissional da casa, que custaria muito menos aos cofres públicos. Apesar da escassez de recursos houve novas produções, contratação de novos coreógrafos e realizações de turnês e projetos promovidos pelo Teatro Guaíra, inclusive, no interior do Estado. Na atualidade, o mesmo cenário se configura, na medida em que se constata que o BTG não tem bailarinos com cargos efetivos que atendam às necessidades da companhia. O G2 não existe oficialmente, não possui cargo de direção oficial, mas conta com os bailarinos que existem no sistema público estadual. Há falta de concursos e cargos para bailarinos do BTG e professores da escola. Inexistem, há anos, aumentos salariais e promoções, além da infraestrutura estar sucateada, segundo confirma matéria recentemente publicada na mídia paranaense: "Há mais de 20 anos sem concurso público, o Teatro Guaíra convive hoje com o enxugamento da sua mão de obra. [...] Na década de 1990, o Balé Guaíra contava com seis bailarinas principais concursadas – em 2013, não há nenhuma. Para a mesma escola, existiam 17 pianistas, atualmente reduzidos a três" (COSTA, 2013).

Para além da escola e das companhias de dança, o Teatro Guaíra, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, implementou, em 1984, um importante projeto – o Curso Superior de Dança (Bacharelado e Licenciatura). Em 1993, tal curso passou a integrar a estrutura da Faculdade de Artes do Paraná, constituindo-se na única graduação na área da esfera estatal, promovendo, no período de 1996 a 2005, cursos de extensão e especialização. A transição de instituição provocou problemas iniciais como, por exemplo, a falta de espaço físico apropriado para a prática da dança, a exoneração sem aviso prévio dos professores, por conta do entendimento do governo de que havia acúmulo de cargos, e a extinção do grupo de dança do curso, que só foi retomado em 2002, porém, sem verbas da instituição (VELLOZO, 2005).

Fora dos domínios do Teatro Guaíra, a quem era destinado, até o ano 2000, toda a verba aplicada à dança, as ações da Secretaria de Estado da Cultura se restringem ao apoio de alguns eventos da iniciativa da sociedade civil organizada, como, por exemplo, o Encontro das Novas Dramaturgias e a Conexão Sul, e atualmente a tímida descentralização da cultura com o projeto "Culturação", que contempla 18 Centros de Socioeducação e seis Casas de Semiliberdade vinculadas à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), distribuídas em quinze cidades paranaenses; e o projeto Circuito das Artes do Paraná, em parceria com a Universidade Federal do Paraná e os municípios interessados.

No que se refere às políticas do governo municipal paranaense, constatou-se escassez de produções científicas que versem sobre o assunto. A única pesquisa acadêmica encontrada, até o momento, da professora Marila Vellozo (2005), traz informações sobre as ações da Prefeitura Municipal de Curitiba, realizadas por meio da Fundação Cultural de Curitiba, fundada em 1973. Suas ações são voltadas às oficinas de dança ministradas nos oito núcleos regionais do município, às atividades do Centro de Estudos do Movimento da Casa Hoffmann e a alguns editais vinculados à lei de incentivo. Para além das fronteiras da capital, a autora cita a Verve Companhia de Dança, que é subsidiada pela lei de incentivo da prefeitura municipal de Campo Mourão e o Ballet de Londrina, mantido pela Fundação Cultural Artística de Londrina.

Para contribuir com a atualização do cenário da dança paranaense, mantido pelo poder público municipal, investigou-se, junto aos bancos de dados que contemplam as Pesquisas de Informações Básicas dos Municípios Brasileiros (MUNIC), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período entre novembro de 2005 a dezembro de 2012, as ações culturais voltadas para o campo da dança nos 399 municípios do estado. Constatou-se que tais projetos figuraram nessa temporada em 310 cidades paranaenses, entretanto, a instabilidade é presença marcante nessa esfera administrativa na medida em que se observa a recorrente criação e extinção dos projetos em diferentes momentos, no caso, os grupos artísticos de dança.

Considerando os resultados do Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2006, realizada no período de setembro de 2006 a março de 2007 pelo IBGE, em parceria com o Ministério da Cultura, observa-se que 173 municípios paranaenses (43%) apresentaram projetos de dança, divididos nas seguintes categorias: escolas de dança<sup>8</sup>, grupos artísticos de dança<sup>9</sup> e atividades culturais (concursos e festivais ou mostras de dança)<sup>10</sup>. Dentre tais municipalidades houve variação na quantidade de projetos ofertados simultaneamente, haja vista que 7% apontou um projeto, 32% dois projetos, 37% três e 24% quatro, considerando a subdivisão das atividades culturais. Ressalta-se que tais

---

<sup>8</sup> Escola, oficina ou curso regular de formação em atividades típicas da cultura, mantido ou não pelo poder público municipal (IBGE, 2007).

<sup>9</sup> Grupo artístico de dança é aquele composto por dançarinos, dedicando-se à produção e à apresentação de espetáculos de dança, existente no município com ou sem caráter comercial, juridicamente constituído ou que tenham no mínimo dois anos de atuação, mantidos ou não pelo poder público municipal (IBGE, 2007).

<sup>10</sup> As atividades culturais foram divididas entre concursos e festivais ou mostras de dança, mantidas, patrocinadas ou financiadas pelo poder público municipal ou iniciativa privada. Entretanto, tal documento não deixa claro o que entende por concursos, festivais e mostras de dança, nem tampouco as suas diferenças (IBGE, 2007).

ações foram realizadas pelo poder público municipal (65%), pela iniciativa privada (16%), e houve casos em que se observou a presença, concomitante, das duas mantenedoras (19%).

No que se refere aos projetos de forma isolada, no mesmo período e municípios, as escolas de dança estiveram presentes em sua totalidade, dividindo-se em escolas públicas (74%) e privadas (26%). Os concursos de dança foram promovidos por 17% e os festivais ou mostras de dança por 25% das cidades. Destaca-se a presença da administração municipal nesses eventos, com 92% e 88%, respectivamente. Já os grupos artísticos de dança figuraram em 35% das localidades, tendo por mantenedores o poder público (70%) e o setor privado (30%). Tais resultados apontam que entre os municípios que ofertam projetos relacionados à dança o setor público está mais envolvido com sua implementação e desenvolvimento do que o setor privado, com destaque para formação de artistas por meio das escolas de dança.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, anos de 2006, 2010 e 2013, apresentou outros mapeamentos culturais, não tão detalhados quanto ao específico de cultura, mas que permitiram observar a gestão do poder público municipal no que se refere aos grupos artísticos de dança, dentro de uma mesma administração e entre gerências distintas, no caso, as de 2005-2008 e 2009-2012.

Os resultados apontaram que a ausência do poder público nos 399 municípios, no que concerne à criação e à manutenção dos grupos artísticos de dança, é marcante em todos os períodos, haja vista que, na gestão de 2005-2008, ela variou entre 51% e 65% e, na administração de 2009-2012, entre 51% e 49%, ou seja, em média, metade dos gestores dos municípios paranaenses mostrou-se pouco atenta a esse tipo de projeto, replicando o tradicional afastamento do Estado frente às ações culturais.

No que concerne à instabilidade das políticas culturais, ela está presente em todo o período quando se observa que somente 59% dos grupos existentes no final do primeiro mandato foram mantidos durante todo o período das duas gestões. Dentre os extintos, 63% deles foram desativados de imediato na mudança de governo e 37%, até a coleta realizada, em 2009. A mesma situação se estabelece dentro de uma mesma administração ao observar que entre o ano de 2005 e 2006 os grupos extintos totalizaram 60% e os constituídos, em 2006, somaram 21 grupos. O mesmo aconteceu na gestão ulterior quando, em 2009, foram criados 122 grupos, inclusive em 30 novos municípios, no entanto, 34% foram extintos até 2012. Já em 2012, surgiram 33 grupos novos e outros 30 foram reconstituídos da gestão anterior. Por fim, em meio à baila das ações públicas, entre extinções e criações, o Estado apresentou aumento no número dos grupos artísticos de dança mantidos pela esfera municipal, pois

totalizou, até dezembro de 2012, 204 projetos, contemplando 51% dos seus municípios, demonstrando a fragilidade das políticas culturais que não são capazes de perdurarem ao longo de diferentes gerências e, mais grave ainda, dentro de uma mesma administração.

### **Considerações finais**

Mediante o cenário que se configura nas políticas culturais para a dança, observou-se que as ações governamentais para o setor são estruturadas e reestruturadas a cada nova administração pública, ou até mesmo dentro da mesma gestão, simplesmente ignorando ou desvalorizando as existentes. Tal situação não acontece somente no Estado do Paraná, mas sim, em todo o território nacional, se considerarmos os dados apresentados pelas pesquisas do IBGE (2006; 2007; 2010; 2013), as quais apontaram que a instabilidade e a ausência no que concerne aos grupos artísticos de dança são constantes, haja vista que, no Brasil, em 2006, 53,2% das cidades ofertavam tal projeto; em 2007, houve aumento para 56,1%; em 2010, houve redução para 54% e nova retomada, em 2012, para 57%. Vale observar que apesar da fragilidade das ações administrativas municipais, o Paraná se situa entre ou acima da média nacional na oferta de projetos uma vez que, no ano de 2006, 30,8% dos municípios brasileiros mantiveram escolas de dança; 56,1% grupos artísticos de dança; 15,6 % concursos de dança e 13,7% festivais ou mostras de dança.

A ausência, o autoritarismo e a instabilidade indicam que as ações culturais dependem mais do interesse do campo político do que do entendimento sobre a importância de promover políticas efetivas para o desenvolvimento da cultura no país, ratificando o modelo de gestão fundamentado em políticas de governo que, de acordo com Oliveira (2011), dependem do poder executivo para formular e implementar programas a fim de atender, exclusivamente, às demandas da sua agenda política. Esse modo de administração, inegavelmente, resulta na ausência ou extinção dos órgãos responsáveis e dos programas e projetos, na centralização dos programas nos grandes centros, principalmente, nas capitais, e provoca a falta de acesso aos bens culturais a muitos grupos sociais, o êxodo de estudantes e profissionais e, sobretudo, a estagnação do campo artístico-cultural.

No Brasil, nos últimos anos, algumas ações do governo federal estão sendo implementadas para que haja mudança nesse panorama, como o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. Espera-se que tais medidas se efetivem a ponto de impulsionarem as instâncias dos poderes estadual e municipal na implementação, no

desenvolvimento e, sobretudo, na estabilidade dos programas e projetos artístico-culturais, com a construção de uma estrutura sólida que perpassa por recursos humanos qualificados, financeiros e materiais alicerçados em planejamentos para curto, médio e longo prazo, e não apenas se edificarem como mais uma legislação ineficiente, entre tantas outras já existentes. Desse modo, talvez seja possível que o campo cultural tome seu lugar de importância no desenvolvimento do país e não mais seja visto como acessório no conjunto das políticas públicas, replicando a triste tradição brasileira caracterizada pela ausência, pelo autoritarismo e pela instabilidade das ações culturais. Assim sendo, é imperioso considerar que o campo artístico-cultural é constituído por instituições, agentes, práticas, símbolos, interesses e que apresenta tensões e conflitos que necessitam, sobretudo o subcampo da dança, de estudos aprofundados sobre suas políticas, buscando compreender como se constitui sua imbricada teia de interrelações e qual o seu lugar na sociedade brasileira.

#### REFERÊNCIAS:

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n.2, p. 73-83, abr. 2001.

BRASIL, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 02 nov. 2011.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Brasília: 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L12343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L12343.htm). Acesso em: 30 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Câmara e colegiado setorial de dança: relatório de atividades 2005-2010 - A Participação Social no Debate das Políticas Públicas do Setor**. Brasília: MinC, 2011

BRASIL. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.037, de 7 de abril de 2004** - anexo 1. Brasília: 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5037.htm). Acesso em: 10 jul. 2013.

CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. **Estud. av.**, São Paulo, v 9, n. 23, abr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COSTA, R.R. Mão de obra escassa. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 5 mai.2013. Caderno G Viva o Guaíra, [on line]. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/viva-guaira/conteudo.phtml?id=1369369&tit=Mao-de-obra-escassa>. Acesso em: 20 jun.2013.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, abr./out. 2008.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios brasileiros - gestão pública 2005. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2005/munic2005.pdf>. Acesso em: 3 ago.2013.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios brasileiros - Cultura 2006. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/cultura2006.pdf>. Acesso em: 20 jul.2013.

IBGE. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios brasileiros - 2009. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

IBGE. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios brasileiros - 2012. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil\\_Municipios/2012/munic2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/munic2012.pdf). Acesso em: 3 ago. 2013.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: releções sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun. 2011.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, C.. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

VELLOZO, M. A. **A imagem do Teatro Guaíra e a dança em Curitiba**: influência e contaminação através da mídia. São Paulo: PUC/SP, 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica), Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

VELLOZO, M. A. **Dança e política:** participação das organizações civis na construção de Políticas Públicas. Salvador: UFBA, 2011. Tese (Doutorado em Artes Cênicas), Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Escola de Teatro e Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, 2011.